

RELATÓRIO ANALÍTICO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VIII, da Resolução nº. 95, de 22 de maio de 2013, apresentamos o 1º Relatório Analítico Semestral do ano de 2021.

A Ouvidoria é um canal permanente de comunicação do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, com os cidadãos, entidades representativas da sociedade civil e órgãos públicos. O contato é pautado pelos princípios da ética e da transparência.

CANAIS DE ATENDIMENTO

A Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, recebe, examina e encaminha as manifestações (registros típicos de Ouvidoria, que englobam reclamações, críticas, elogios e sugestões), além dos pedidos por informações oriundos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Quanto ao recebimento de manifestações, a Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, conta com os seguintes canais de atendimento:

- Atendimento telefônico: em dias úteis, das 8h00min às 18h00min, através dos números 127 (gratuito) e (31) 3330-9504;
- Formulário eletrônico: através do *site* institucional do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, com acesso também pelo *link*: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/ouvidoria/service/ouvidoria>>;
- Serviço Postal: remetidas ao endereço da Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, situado à Rua Dias Adorno, nº. 347, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.190-100;
- Correio eletrônico: através do e-mail: ouvidoria@mpmg.mp.br.

Ressalte-se que o atendimento presencial está sendo realizado mediante agendamento, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19), pelo Núcleo de Atendimento da Ouvidoria (Call Center). Este realizou, por meio do atendimento presencial e telefônico, 1.072 (mil e setenta e dois) registros de manifestações no primeiro semestre de 2021.

SISTEMA ELETRÔNICO DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

O sistema eletrônico de recebimento de demandas da Ouvidoria permite a gestão eletrônica e o acompanhamento pelo cidadão de toda a tramitação das manifestações. O sistema está sendo aprimorado, para melhorar seu funcionamento e otimizar os processos de trabalho.

Ademais, o sistema teve seus critérios de emissão de relatórios atualizados e adequados ao modelo utilizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Com essa atualização, especificamente, as manifestações foram enquadradas nas seguintes classes, segundo a Resolução nº. 180, de 07 de agosto de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público:

- Reclamações: manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, a seus membros ou a seus serviços auxiliares;
- Críticas: manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, seus membros ou seus serviços auxiliares;
- Sugestões: proposta de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de propostas de inovação de procedimentos ou serviços prestados;
- Elogios: manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos seus membros e pelos seus serviços auxiliares; e
- Informação – LAI: pedidos de informação e manifestações que se enquadrem nos dispositivos da Lei de Acesso à Informação.

RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

O total de manifestações recebidas pela Ouvidoria, no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021, foi de 30.929 (trinta mil, novecentas e vinte e nove) manifestações. O detalhamento semestral estatístico está contido nas planilhas na seção a seguir, sendo disponibilizado para consulta pública.

A forma de contato mais utilizada pelos manifestantes é a *internet* (91,7%), que é também o canal mais escolhido pelo cidadão para receber informações acerca do andamento de suas manifestações.

As questões demandadas neste órgão e finalizadas representam

94,4% do total válido recebido no período. As demais ainda estão sendo analisadas pelos órgãos de execução ou aguardando prazo legal de resposta.

O grau de instrução prevalente do cidadão que procura a Ouvidoria foi a educação superior completa (10,3%). Entretanto, a incidência maior, como não se trata de campo obrigatório, foi escolaridade “não informada”, que representou 73,1% das manifestações.

A reclamação foi o objetivo de manifestação mais utilizada (95,3%). Saliente-se que reclamações são manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos seus membros ou a seus serviços auxiliares.

A opção pelo anonimato representou 64,2% do total, seguida da identificação sem sigilo (29,3%) e da identificação com sigilo (6,5%).

Quando as informações contidas na denúncia não têm caráter de verossimilhança, estas são consideradas pendentes ou incompletas. Portanto, solicita-se a complementação delas pelo sistema, concedendo-se prazo para a realização da complementação, uma vez que, se o manifestante não descreve o fato de forma completa, tal fato impede o encaminhamento e/ou a análise por parte do órgão de execução da manifestação. Foi verificado que nas manifestações anônimas, o manifestante raramente acompanha o andamento ou o pedido de complementação ou de providência solicitada. Dessa forma, a demanda fica no sistema, como pendência, aguardando complementação e, quando essa não ocorre, a manifestação é arquivada.

Nas manifestações identificadas, a interação entre o cidadão e o órgão de execução é muito mais frequente, em contraponto ao anonimato, que impossibilita a comunicação direta com o manifestante. Por isso, recomenda-se o incentivo à identificação do manifestante e ao preenchimento dos campos para contato, informando a ele que, em caso de represália ou outro risco à sua integridade, existe a possibilidade de sigilo dos dados. Dessa forma, acredita-se otimizar o desfecho efetivo da demanda apresentada.

Em relação ao atendimento à Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), em cumprimento ao artigo 14 da Resolução nº. 89, de 28 de agosto de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, foram recebidos 173 (cento e setenta e três) pedidos de informação, não tendo havido nenhuma negativa nesse período.

Das 30.929 (trinta mil, novecentas e vinte e nove) manifestações recebidas no primeiro semestre de 2021, 10.867 foram invalidadas. A invalidação ocorre quando o conteúdo é “vazio” ou, também, quando são remetidas manifestações idênticas a outras já encaminhadas ao órgão de

execução. O excesso de demandas enviadas ao órgão de execução não terá significância positiva. Isso porque, como já dito, ocorrerá repetição de manifestações com os mesmos conteúdos e resultados.

ESTATÍSTICAS DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

Demandas recebidas de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021: 30.929 (trinta mil, novecentas e vinte e nove) manifestações.

Dados gerados a partir da estatística disponível no sistema da Ouvidoria, em 15 de julho de 2021.

Relatório: Sexo do Manifestante

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
Não informado	21.696
Masculino	4.534
Feminino	4.699
TOTAL	30.929

Relatório: Manifestações Anônimas

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
Anônimo	19.869
Identificado sem sigilo	9.051
Identificado com sigilo	2.009
TOTAL	30.929

Relatório: Grau de Instrução do Manifestante

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
Não informado	22.619

Educação Superior Completa	3.190
Ensino Médio Completo	1.472
Educação Superior Incompleta	1.148
Pós-Graduação "Lato Sensu"	1.183
Ensino Fundamental Completo	308
Mestrado	344
Ensino Fundamental Incompleto	232
Ensino Médio Incompleto	154
Doutorado	118
Curso de Curta Duração	69
Analfabeto	53
Sequencial	19
Elementar	20
TOTAL	30.929

Relatório: Estatístico de Classes

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
Acessibilidade	9
Administração e Funcionamento do Ministério Público	169
Atuação de Membros e Servidores do MPMG	183
Concurso Público	498
Consultas e dúvidas jurídicas	39
Consumidor	1.236
Controle externo da atividade policial	404
Crimes	956
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	2.005
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	18
Educação	612

Eleitoral	636
Execução penal	80
Idosos	684
Improbidade administrativa	4.425
Infância e Juventude	877
Lei de Acesso à Informação	25
Meio Ambiente	1.419
Outros	1.996
Saúde	6.504
Serviços públicos	45
Sindical e questões análogas	96
Violência doméstica	258
Crime organizado	26
Crimes cibernéticos	180
Juizado Especial Criminal	920
Tráfico de drogas	113
Tribunal do júri	7
Apoio comunitário	11
Cível	57
Conflitos agrários	4
Controle de constitucionalidade	32
Deficientes	154
Direitos Humanos	274
Habitação e Urbanismo	762
Ordem econômica e tributária	102
Patrimônio Histórico e Cultural	87
Patrimônio Público	5.833
Terceiro setor	20
Violação dos direitos (criança, adolescente, idoso e deficiente)	29
TOTAL	*31.785

*As manifestações podem receber mais de uma tipologia de classificação,

conforme o caso concreto.

Relatório: Situação da manifestação

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
Classificada	6
Complemento reportado	141
Encaminhada ao Promotor	696
Encaminhada para unidade	96
Finalizado	29.203
Inválida	64
Providência reportada	721
Reaberta	2
TOTAL	30.929

Relatório: Forma de contato

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
Carta	43
E-mail	1.443
Fax	1
Internet	28.369
Ofício	1
Presencial	32
Telefone	1.040
TOTAL	30.929

Relatório: Objetivo da manifestação

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
-------	-------

Crítica	6
Elogio	20
Informação – LAI	173
Não informado	59
Reclamação	29.481
Solicitação	1.170
Sugestão	20
TOTAL	30.929

As manifestações foram enquadradas nas seguintes classes, segundo a Resolução nº. 180, de 07 de agosto de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público:

- Reclamações: manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, a seus membros ou seus serviços auxiliares;
- Críticas: manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos seus membros ou por seus serviços auxiliares;
- Sugestões: proposta de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de propostas de inovação de procedimentos ou serviços prestados;
- Elogios: manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos dos executados pelo Ministério Público, pelos seus membros e pelos seus serviços auxiliares; e
- Informação – LAI: pedidos de informação e manifestações que se enquadrem aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação.

Relatório: Tipo de finalizações

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

GRUPO	TOTAL
Arquivado	4.480
Em Levantamentos	1.027
Encaminhado	604
Encerrado	10.802

Expedição de Recomendação	12
Inquérito Civil	115
Inquérito Policial	242
Inquérito Policial Militar	4
Instauração de Procedimento	1.625
Juntado a Procedimento Existente	3.025
Múltiplas finalizações	311
Nota Técnica	5
Notícia de Fato (Peça de Informação)	6.763
Ofício Circular	3
Órgão Externo	58
Parecer Técnico Jurídico	0
Preexistência de ação	124
Termo de Ajustamento de Conduta	3
TOTAL	**29.203

**Diferença resultante de manifestações ainda em andamento.

ATIVIDADES REALIZADAS

Quanto às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Geria – MPMG, no primeiro semestre de 2021, cumpre ressaltar que a situação instalada no país pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), obstou a realização de grande parte das reuniões, eventos, encontros, palestras, visitas às sedes das Promotorias de Justiça, cursos e palestras.

Durante o período supracitado, a Promotora de Justiça Nádia Estela Ferreira Mateus, Ouvidora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em datas diversas, reuniu-se com o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Doutor Jarbas Soares Júnior, para tratar sobre as demandas e necessidades da Ouvidoria, dos cidadãos assistidos por esta e dos Órgãos de Execução desta Instituição, discutindo também projetos, melhoramentos e os trabalhos afetos.

Neste mesmo diapasão, realizou diversas enriquecedoras reuniões com a Subouvidora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Promotora de Justiça Doutora Thereza Cristina Rodrigues Dias Corteletti.

No início do corrente ano, a Ouvidoria foi também agraciada pelas visitas dos ex-Ouvidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Procurador de Justiça Doutor Mauro Flávio Ferreira Brandão e Procuradora de Justiça Doutora Ruth Lies Scholte Carvalho. Recebeu ainda a visita da Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais, Doutora Simone Deoud Siqueira.

Teve oportunidade também de se reunir com outros membros e integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, entre outros distintos representantes desta Instituição:

- Procurador de Justiça Corregedor-Geral, Doutor Luciano França da Silveira Júnior;
- Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica, Doutora Eliane Maria Gonçalves Falcão;
- Procurador-Geral Adjunto Administrativo, Doutor Márcio Gomes de Souza;
- Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, Doutor Carlos André Mariani Bittencourt;
- Promotor de Justiça Chefe de Gabinete, Doutor Paulo de Tarso Morais Filho;
- Promotora de Justiça Secretária-Geral, Doutora Cláudia Ferreira Pacheco de Freitas;
- Diretora-Geral, Senhora Clarissa Duarte Belloni;
- Procurador de Justiça Coordenador da Superintendência de Tecnologia da Informação, Doutor Eduardo Henrique Soares Machado;
- Promotor de Justiça Coordenador da Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos, Doutor Mauro da Fonseca Ellovitch;
- Promotor de Justiça Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Fabrício Marques Ferragini;
- Promotora de Justiça Coordenadora do Gabinete de Segurança e Inteligência, Doutora Vanessa Fusco Nogueira Simões;
- Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e de Apoio Comunitário, Doutor Francisco Ângelo Silva Assis;
- Promotora de Justiça Coordenadora da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna, Doutora Luciana Imaculada de Paula;
- Promotor de Justiça Assessor Especial, Doutor Emmanuel Levenhagen Pelegrini.

Houve ainda a participação da Promotora de Justiça, Nádia Estela Ferreira Mateus, Ouvidora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no período abrangido por este relatório, nos eventos a seguir elencados:

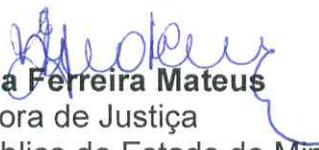
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E EVENTOS INTERINSTITUCIONAIS, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021, POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA OU PRESENCIALMENTE:

- II Encontro Regional do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União – CNOMP/Região Sudeste, em 22 de janeiro de 2021, às 10h00min;
- Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 28 de janeiro de 2021, às 14h00min;
- Reunião com o Presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM, Senhor Julvan Lacerda, em 02 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 04 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- 51ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União – CNOMP, em 08 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- Reunião Rede Ouvir, em 09 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- Solenidade de Posse da Câmara de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 10 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- Solenidade de Abertura das Ações Educacionais do ano de 2021 do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 10 de fevereiro de 2021, às 16h30min;
- Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 11 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- Solenidade de Posse dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em 17 de fevereiro de 2021, às 17h00min;
- Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 18 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 25 de fevereiro de 2021, às 14h00min;
- Solenidade de Posse dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Doutor Geraldo Ferreira da Silva, Doutor Odélio Bento da Silva e Doutor Gregório Assagra de Almeida, em 25 de fevereiro de 2021, às 18h00min;
- Solenidade de Posse do Coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Promotor de Justiça Doutor Paulo César Vicente de Lima, e dos Coordenadores Regionais, em 26 de fevereiro de 2021, às 10h00min;
- Solenidade de Posse do Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Promotor de Justiça Doutor Luciano Moreira de

- Oliveira, em 01 de março de 2021, às 10h00min;
- Solenidade de Posse Coordenadores do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários – CAOCA, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário – CAO-DH, e Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação – CCRAD, em 02 de março de 2021, às 10h30min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 04 de março de 2021, às 14h00min;
 - Evento Ouvidoria em Perspectiva (novo papel das Ouvidorias), em 04 de março de 2021, às 19h00min;
 - Solenidade de posse do Procurador de Justiça Doutor Eduardo Henrique Soares Machado no cargo de Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 08 de março de 2021, às 10h00min;
 - Reunião com a Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais, Doutora Simone Deoud Siqueira, em 11 de março de 2021, às 11h00min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 11 de março de 2021, às 14h00min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 18 de março de 2021, às 14h00min;
 - 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União – CNOMP, em 26 de março de 2021, às 13h00min;
 - Curso de Vitaliciamento 1/2021, destinado aos Promotores de Justiça em estágio probatório da turma 1 do PREP56, em 08 de abril de 2021;
 - Curso de Vitaliciamento 1/2021, destinado aos Promotores de Justiça em estágio probatório da turma 1 do PREP56, em 09 de abril de 2021;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 15 de abril de 2021, às 14h00min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 22 de abril de 2021, às 14h00min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 29 de abril de 2021, às 14h00min;
 - Solenidade de Assinatura da Resolução Conjunta PGJ e CGMP do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 03 de maio de 2021, às 11h00min;
 - Encontro Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, em 05 de maio de 2021;
 - Encontro Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, em 06 de maio de 2021;
 - Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União – CNOMP, em 06 de maio de 2021, às 15h00min;
 - Encontro Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público –

- CNMP, em 07 de maio de 2021;
- Solenidade de Assinatura da Resolução Conjunta PGJ/CGMP que criou a Procuradoria de Justiça com atuação nos Tribunais Superiores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 10 de maio de 2021, às 14h30min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 13 de maio de 2021, às 14h00min;
 - Solenidade de Assinatura da Resolução PGJ que criou a Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça do Tribunal do Júri – COJUR, e para a posse do Promotor de Justiça Doutor Cláudio Maia de Barros como seu Coordenador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 14 de maio de 2021, às 16h00min;
 - 53ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União – CNOMP, em 18 de maio de 2021, às 14h00min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 20 de maio de 2021, às 14h00min;
 - Reunião com a Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais, em 21 de maio de 2021, às 14h30min;
 - Reunião concernente ao Mapa Multifinalitário do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 26 de maio de 2021, às 14h30min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 27 de maio de 2021, às 14h00min;
 - Solenidade de assinatura da Resolução PGJ que reestrutura a Comunicação Integrada e da Resolução PGJ que cria a Rádio e a TV do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 28 de maio de 2021, às 16h00min;
 - Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado do Maranhão, em 02 de junho de 2021, às 15h00min;
 - Solenidade de homenagem do Ministério Público do Estado de Minas Gerais ao Senador da República Rodrigo Pacheco, em 07 de junho de 2021, às 15h00min;
 - Solenidade de assinatura de Memorando e Mesa Redonda com o tema: "MPMG, Mudanças Climáticas e COP 26", em 10 de junho de 2021, às 10h20min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 10 de junho de 2021, às 14h00min;
 - Reunião com a Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais, em 17 de junho de 2021, às 10h00min;
 - Reunião Comissão COVID-19 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 17 de junho de 2021, às 14h00min;
 - 1º Workshop Lei Geral de Proteção de Dados para o Ministério Público, na sede do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos dias 24 e 25 de junho de 2021.

Em busca contínua de aprimorar seu papel de interlocutor da sociedade com a Instituição e a compilação de informações para a melhoria da prestação de serviço ao cidadão, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, apresentou, pois, os aspectos mais relevantes de sua atuação do primeiro semestre de 2021.


Nádia Estela Ferreira Mateus
Promotora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais